


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE IBATÉ**
**FORO DE IBATÉ**
**VARA ÚNICA**
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000512-87.2016.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Investigação de Paternidade**  
 Requerente: **Pedro Daniel Francisco**  
 Requerido: **Celso Aparecido Perez**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Trata-se de ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos promovida por **Pedro Daniel Francisco**, representado por sua genitora, Maria Francisca, em face de **Celso Aparecido Perez**, alegando, em síntese, que é filho do requerido, que não reconhece a paternidade e não contribui com seu sustento. Pleiteia a declaração da paternidade e a condenação do genitor ao pagamento de prestação mensal correspondente 30% sobre os rendimentos líquidos do requerido ou, em caso de desemprego, em 30% do salário mínimo. Com a inicial vieram os documentos de fls. 05/14.

O requerido foi citado e apresentou contestação (fls. 29/33), contrapondo as alegações do autor.

Houve réplica (fls. 49/54).

Despacho saneador às fls. 67/68, determinando-se a produção de prova pericial.

Laudo pericial anexado às fls. 85/92, excluindo a possibilidade da paternidade atribuída ao requerido.

O requerido manifestou-se sobre o laudo pericial, requerendo a improcedência da ação (fl. 95/96).

O Ministério Público apresentou manifestação, opinando pela improcedência do pedido (fl. 99/101).

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

O pedido é improcedente.

A prova pericial tem a finalidade de esclarecer os pontos controvertidos da lide e auxiliar o Juiz na resolução da questão posta a seu conhecimento.

Note-se, neste sentido, que o exame de DNA trazido aos autos é conclusivo pela exclusão da paternidade.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE IBATÉ**

**FORO DE IBATÉ**

**VARA ÚNICA**

**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Assim, diante do acervo probatório, restou amplamente provado que Celso Aparecido Perez não é pai biológico de Pedro Daniel Francisco, impondo-se a improcedência da ação.

Posto isso, **JULGO IMPROCEDENTES** os pedidos. Sucumbente, arcará a parte autora com as custas e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa, observada a gratuidade concedida.

Interposta apelação, viabilize-se apresentação de contrarrazões e subam os autos à Superior Instância com as homenagens do Juízo.

Se o caso, expeça(m)-se certidão(ões) de honorários ao(s) advogado(s) nomeado(s), nos termos do Convênio OAB/DPE-SP.

P.I.

Ibaté, 03 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**